

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	384.000
Preferenciais	0
Total	384.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.328.891	1.316.853
1.01	Ativo Circulante	127.032	123.032
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.484	52.661
1.01.02	Aplicações Financeiras	52.973	49.666
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	52.973	49.666
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	52.973	49.666
1.01.03	Contas a Receber	15.110	16.143
1.01.03.01	Clientes	15.110	16.143
1.01.03.01.01	Clientes	15.110	16.143
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.641	2.510
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.641	2.510
1.01.07	Despesas Antecipadas	409	887
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.415	1.165
1.01.08.03	Outros	1.415	1.165
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.301	1.063
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	114	102
1.02	Ativo Não Circulante	1.201.859	1.193.821
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.066	17.446
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.066	17.446
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.066	17.446
1.02.03	Imobilizado	18.457	19.715
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.457	19.715
1.02.04	Intangível	1.165.336	1.156.660
1.02.04.01	Intangíveis	1.165.336	1.156.660

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.328.891	1.316.853
2.01	Passivo Circulante	135.417	123.460
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.562	3.044
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.562	3.044
2.01.02	Fornecedores	4.673	5.616
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.673	5.616
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.007	2.787
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.007	2.787
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.007	2.787
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	89.024	85.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.721	38.362
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.721	38.362
2.01.04.02	Debêntures	49.303	47.500
2.01.05	Outras Obrigações	25.634	18.031
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.789	15.123
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	22.244	15.025
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	545	98
2.01.05.02	Outros	2.845	2.908
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	321	360
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.524	2.548
2.01.06	Provisões	10.517	8.120
2.01.06.02	Outras Provisões	10.517	8.120
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	6.681	6.681
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	3.836	1.439
2.02	Passivo Não Circulante	749.530	747.792
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	603.926	602.826
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	170.845	176.285
2.02.01.02	Debêntures	433.081	426.541
2.02.02	Outras Obrigações	114.853	111.473
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	111.321	108.065
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	111.321	108.065
2.02.02.02	Outros	3.532	3.408
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	3.532	3.408
2.02.03	Tributos Diferidos	12.386	13.186
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.386	13.186
2.02.04	Provisões	18.365	20.307
2.02.04.02	Outras Provisões	18.365	20.307
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	16.698	18.513
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.667	1.794
2.03	Patrimônio Líquido	443.944	445.601
2.03.01	Capital Social Realizado	384.000	350.000
2.03.01.01	Subscrito	384.000	350.000
2.03.02	Reservas de Capital	407	34.384
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.000
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	407	384
2.03.04	Reservas de Lucros	66.233	66.233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04.01	Reserva Legal	4.560	4.560
2.03.04.10	Orçamento de capital	61.673	61.673
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.696	-5.016

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	74.181	117.949
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.751	-84.942
3.03	Resultado Bruto	35.430	33.007
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.219	-6.797
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.220	-6.797
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	0
3.04.04.01	Outras Receitas, Líquidas	1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.211	26.210
3.06	Resultado Financeiro	-31.691	-32.357
3.06.01	Receitas Financeiras	3.633	3.104
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.324	-35.461
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.480	-6.147
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	800	3.149
3.08.01	Corrente	0	111
3.08.02	Diferido	800	3.038
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.680	-2.998
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.680	-2.998
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00463	0,00966

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.680	-2.998
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.680	-2.998

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.358	28.783
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.166	69.389
6.01.01.01	Prejuízo Líquido	-1.680	-2.998
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.429	9.791
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/ financiamentos, empréstimos e debêntures	30.666	31.645
6.01.01.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-201	29.451
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	103	207
6.01.01.07	Tributos diferidos	-800	-3.038
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.602	-1.479
6.01.01.09	Juros sobre contrato de mútuo	3.830	2.982
6.01.01.10	Plano de opção com base em ações	23	39
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	12	-1.066
6.01.01.12	Provisão para manutenção e construção de obras	1.414	2.550
6.01.01.13	Atualização da provisão para manutenção e construção de obras	571	605
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	3	886
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-568	-181
6.01.01.16	Capitalização de Juros	-34	-5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.192	-40.606
6.01.02.01	Clientes	1.021	2.519
6.01.02.02	Despesas antecipadas	478	506
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-131	-609
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-55	-30.196
6.01.02.05	Outros créditos	-234	-4.700
6.01.02.06	Fornecedores	-943	-1.505
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-482	-653
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	220	-293
6.01.02.09	Partes relacionadas	7.650	3.577
6.01.02.10	Outras contas a pagar	100	-276
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-29	-123
6.01.02.12	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-1.403	-3.519
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social	0	-5.334
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.813	-56.528
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-432	-413
6.02.02	Aquisição de intangível	-15.381	-56.115
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.722	13.604
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-1.705	-3.184
6.03.03	Pagamento de credor pela concessão	-39	-33
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-11.318	-9.137
6.03.07	Partes relacionadas - Mútuo	-574	-447
6.03.08	Juros pagos	-15.086	-13.870
6.03.09	Aporte de Capital	0	40.275
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.823	-14.141
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52.661	90.659

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.484	76.518

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.000	-33.977	0	0	0	23
5.04.01	Aumentos de Capital	34.000	-34.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	23	0	0	0	23
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.680	0	-1.680
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.680	0	-1.680
5.07	Saldos Finais	384.000	407	66.233	-6.696	0	443.944

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.275	39	0	0	0	40.314
5.04.01	Aumentos de Capital	40.275	0	0	0	0	40.275
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	39	0	0	0	39
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.998	0	-2.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.998	0	-2.998
5.07	Saldos Finais	350.000	310	66.233	-2.998	0	413.545

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	79.875	123.721
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	62.516	63.037
7.01.02	Outras Receitas	3.512	3.712
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	13.847	56.972
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.875	-76.349
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.732	-70.530
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.143	-5.819
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.000	47.372
7.04	Retenções	-8.429	-9.791
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.429	-9.791
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	40.571	37.581
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.633	3.104
7.06.02	Receitas Financeiras	3.633	3.104
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	44.204	40.685
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	44.204	40.685
7.08.01	Pessoal	5.118	5.223
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.746	3.901
7.08.01.02	Benefícios	1.163	1.166
7.08.01.03	F.G.T.S.	209	156
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.894	2.612
7.08.02.01	Federais	1.610	-712
7.08.02.03	Municipais	3.284	3.324
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.872	35.848
7.08.03.01	Juros	16.230	15.342
7.08.03.02	Aluguéis	548	387
7.08.03.03	Outras	19.094	20.119
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.680	-2.998
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.680	-2.998

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia os resultados do 1T16: Custos Caixa reduziram 4,5%

Itaquaquecetuba, 12 de maio de 2016 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016 (1T16). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2015 (1T15).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 1T16, registrou 20.637 mil veículos equivalentes pagantes,
- O EBITDA, no 1T16, foi de R\$ 37,6 milhões (margem EBITDA de 50,7%), com crescimento de 4,2%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção totalizou R\$ 39,0 milhões com margem EBITDA de 64,6%.
- A receita líquida foi de R\$74,2 milhões no 1T16, inferior 37,1% quando comparado ao 1T15, devido ao decréscimo na receita de construção.

Destaques			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	20.637	23.059	-10,5%
Tarifa média ¹	3,03	2,73	11,0%
Receita líquida	74,2	117,9	-37,1%
Prejuízo	(1,7)	(3,0)	-43,3%
EBITDA Pró-forma ²	39,0	38,6	1,0%
Margem EBITDA Pró-forma ²	64,6%	63,4%	+1,2 p.p.
Capex	16,7	59,1	-71,7%

¹ em Reais

² Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, com prazo de 30 anos e previsão para encerramento em 18 de junho de 2039.

Comentário do Desempenho

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, totalizou 20.637 mil no 1T16, queda de -10,5% em relação ao 1T15. O tráfego de veículos de passeio apresentou redução 2,2% influenciado pelo aumento do desemprego na região, já o tráfego de veículos comercial apresentou redução 26,8% influenciado pelo arrefecimento da economia e retração da produção industrial da região.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)			
	1T16	1T15	Var.
Passeio	14.930	15.265	-2,2%
Comercial	5.707	7.794	-26,8%
Total	20.637	23.059	-10,5%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículos equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante:

Tarifa Média (em R\$)	1T16	1T15	Var.
Ecopistas	3,03	2,73	11,0%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

A tarifa média no 1T16 cresceu 11,0% no 1T16, acima do reajuste contratual de 8,47% (IPCA) obtido em 1º de junho de 2015.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 79,9 milhões no 1T16, queda de 35,4%, sendo influenciada, principalmente, pelo decréscimo da receita de construção.

Receita Bruta (em milhões de R\$)			
	1T16	1T15	Var.
Receitas de Pedágio	62,5	63,0	-0,8%
Receitas Acessórias	3,5	3,7	-5,4%
Receita de Construção ICPC-01	13,9	57,0	-75,6%
Total	79,9	123,7	-35,4%

Comentário do Desempenho

Receita de Pedágio - queda de 0,8% no 1T16, resultante da redução no volume de tráfego pedagiado e do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2015.

Receita Acessória – decréscimo de 5,4% no 1T16, proveniente, principalmente, da redução no monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – redução de 75,6% devido às desapropriações realizadas em 2015 do prolongamento da Rodovia Ayrton Senna e da Rodovia Carvalho Pinto e das obras da Marginal Ayrton Senna.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas decresceram 51,0% e totalizaram R\$ 44,9 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 21,3 milhões, redução de 4,5% no 1T16, devido, principalmente, ao programa de redução de custos aplicado na Companhia frente ao arrefecimento da economia.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Pessoal	5,1	5,2	-1,9%
Conservação e manutenção	1,9	2,3	-17,4%
Serviços de terceiros	10,5	12,4	-15,3%
Poder concedente, locações e seguros	2,0	1,8	11,1%
Outros	1,8	0,6	200%
Custos caixa	21,3	22,3	-4,5%
Depreciação e amortização	8,4	9,8	-14,3%
Provisão manutenção ICPC 01	1,4	2,6	-46,2%
Custo de construção de Obras ICPC 01	13,8	57,0	-75,6%
TOTAL	44,9	91,7	51,0%

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 39,0 milhões com margem EBITDA de 64,6%, aumento de 1,2 pontos percentuais em relação ao 1T15. O EBITDA totalizou R\$ 37,6 milhões no 1T16, crescimento de 4,2%. A margem EBITDA atingiu 50,7% no 1T16, aumento de 20,1 pontos percentuais em relação ao 1T15.

Comentário do Desempenho

EBITDA			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Prejuízo/Lucro Líquido	(1,7)	(3,0)	-43,3%
Imposto de renda e contribuição social	(0,8)	(3,1)	-74,2%
Resultado Financeiro	31,7	32,4	-2,2%
Depreciação e Amortização	8,4	9,8	-14,3%
EBITDA	37,6	36,1	4,2%
Margem EBITDA	50,7%	30,6%	20,1 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T16 foi negativo em de R\$31,7 milhões, inferior 2,2% em relação ao 1T15.

Resultado financeiro			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Juros sobre debêntures	(9,8)	(9,4)	4,3%
Juros sobre financiamentos	(6,5)	(5,9)	10,2%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(14,0)	(15,8)	-11,4%
Receita de aplicação financeira	3,0	2,9	3,4%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(0,6)	(0,6)	0,0%
Outros efeitos financeiros	(3,8)	(3,5)	8,6%
TOTAL	(31,7)	(32,3)	-2,2%

Prejuízo

O prejuízo apresentado totalizou R\$ 1,7 milhões no 1T16 devido aos itens mencionados acima.

ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou março de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 107,5 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecopistas (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$ 693,2 milhões em 31 de março de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão) foi de R\$ 585,4 milhões, redução de 0,2%, quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2016	31/12/2015	Var.
Curto Prazo	89,0	85,9	3,6%
Empréstimos e financiamentos	39,7	38,4	3,4%
Debêntures	49,3	47,5	3,8%
Longo Prazo	603,9	602,8	0,2%
Empréstimos e financiamentos	170,8	176,3	-3,1%
Debêntures	433,1	426,5	1,5%
Endividamento Financeiro Bruto¹	692,9	688,7	0,6%
Credor pela Concessão	0,3	0,3	0,0%
Endividamento Bruto	693,2	689,0	0,6%
Caixa e equivalentes de caixa	107,5	102,3	5,1%
Dívida Líquida	585,7	586,7	-0,2%
Endividamento Financeiro Líquido¹	585,4	586,4	-0,2%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$ 16,7 milhões no 1T16. Os principais investimentos realizados foram pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	1T16		Total
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	
Capex	15,8	0,9	16,7

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 53,7 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo 31 de março de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 05 de maio de 2016.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	4.616	4.003
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	48.685	42.986
Aplicações compromissadas (b)	-	4.210
Aplicações automáticas compromissadas (c)	1.183	1.462
	<u>54.484</u>	<u>52.661</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de março de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 45,95% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 45,40% em Operações Compromissadas e 8,65% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre um e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundo de Investimentos (a)	51.042	47.765
Poupança (b)	1.931	1.901
	<u>52.973</u>	<u>49.666</u>
Circulante	52.973	49.666
Não circulante	-	-

(a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,8% do CDI (98,9% em 31 de dezembro de 2015) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal BNDES e Debêntures.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 31 de março de 2016, a Companhia possui um saldo de R\$1.931 (R\$1.901 em 31 de dezembro de 2015) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

Notas Explicativas

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	13.599	14.667
Cupons de pedágio	679	796
Receitas acessórias	931	767
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(99)	(87)
	<u>15.110</u>	<u>16.143</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	15.105	16.140
Vencidos:		
Até 30 dias	5	3
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 90 a 120 dias	-	-
Acima de 120 dias	99	87
	<u>15.204</u>	<u>16.230</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	87	1.148
Valores recuperados no período	(1)	(1.066)
Constituição de PCLD no período	13	-
Valores recuperados no período	<u>99</u>	<u>82</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de março de 2016 é de R\$409 (R\$887 em 31 de dezembro de 2015) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 30.

Notas Explicativas

8. Tributos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	2.574	2.441
Outros	67	69
	<u>2.641</u>	<u>2.510</u>

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	17.446	3.157
Adições	55	30.196
Baixas	(3)	(886)
Atualização monetária	568	181
Saldo final	<u>18.066</u>	<u>32.648</u>

As adições realizadas no período findo em 31 de março de 2015 referem-se aos depósitos complementares das 56 ações de desapropriação referente à obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até a Rodovia Oswaldo Cruz, decorrentes da obrigação contratual com o Poder Concedente.

Notas Explicativas

10. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %		Custo				Depreciação				Residual		
	31/12/2014	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Hardwares	15,3	47.983	179	-	(1)	48.161	(29.328)	(1.841)	-	(31.169)	16.992	18.655	
Máquinas e equipamentos	12,3	780	-	-	-	780	(262)	(24)	-	(286)	494	518	
Móveis e utensílios	10,1	1.497	11	-	(1)	1.507	(500)	(38)	1	(537)	970	997	
Edificações	-	250	-	-	(1)	249	(38)	(2)	(4)	(44)	205	212	
Instalações	10,2	4.606	223	-	11	4.840	(675)	(120)	3	(792)	4.048	3.931	
Outros	-	230	-	-	240	470	(63)	-	63	-	470	167	
		55.346	413	-	248	56.007	(30.866)	(2.025)	63	(32.828)	23.179	24.480	

	Taxas médias anuais de depreciação %		Custo				Depreciação				Residual		
	31/12/2015	31/03/2016	Adições	Transferências	4	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Hardwares	12,0	49.886	24	-	-	49.914	(36.335)	(1.492)	-	(37.827)	12.087	13.551	
Máquinas e equipamentos	10,9	960	349	-	-	1.309	(360)	(31)	-	(391)	918	600	
Móveis e utensílios	9,9	1.571	-	(3)	-	1.568	(651)	(39)	-	(690)	878	920	
Edificações	-	249	-	-	-	249	(51)	-	-	(51)	198	198	
Instalações	9,9	5.143	59	(1)	-	5.201	(1.167)	(128)	-	(1.295)	3.906	3.976	
Outros	-	470	-	-	-	470	-	-	-	-	470	470	
		58.279	432	-	-	58.711	(38.564)	(1.690)	-	(40.254)	18.457	19.715	

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

11. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização - %		Custo				Amortização				Residual		
	31/12/2014	31/03/2015	Adições	Transferência	248	Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	1.139.352	56.115	(248)	-	1.195.219	(94.215)	(7.722)	(63)	(102.000)	1.093.219	1.045.137	
Softwares de terceiros	14,3	521	5	-	-	526	(863)	(44)	-	(907)	526	521	
		1.235	-	-	-	1.235	(863)	(44)	-	(907)	328	372	
		1.141.108	56.120	(248)	-	1.196.980	(95.078)	(7.766)	(63)	(112.907)	1.094.073	1.046.030	

Notas Explicativas

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo		Amortização		Residual	
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015
(*)	1.282.997	10.476	(126.825)	(6.704)	(133.529)	1.156.172
-	-	4.939	-	-	-	4.939
9,3	1.508	-	(1.020)	(35)	(1.055)	453
	1.284.505	15.415	(127.845)	(6.739)	(134.584)	1.165.336
						1.156.660

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 31 de março de 2016 é de 2,08% a.a. (2,65% a.a. em 31 de março de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No período findo em 31 de março de 2016 foram capitalizados R\$34 de encargos financeiros (R\$5 em 31 de março de 2015).

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/03/2016	31/03/2016
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	610	-	(43)	567	(43)
Provisão para férias e encargos de diretores	105	11	-	116	11
Provisão para devedores duvidosos	1	4	(1)	4	3
Prejuízo fiscal e base negativa	618	958	(529)	1.047	429
Provisão para manutenção	9.154	198	-	9.352	198
Juros capitalizados	(87)	(4)	-	(91)	(4)
AVP ônus Concessão	2.349	-	(70)	2.279	(70)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(25.936)	-	276	(25.660)	276
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(13.186)	1.167	(367)	(12.386)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					800

(*) O RTT contempla ICPC-01 e Juros Capitalizados.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

b) *Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.480)	(6.147)
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	843	2.090
Despesas indedutíveis		
Incentivos fiscais (PAT)	-	110
Outros	(43)	949
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	800	3.149
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	-	111
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	800	3.038

c) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	-	5.334
Despesa IR/CS corrente DRE	-	(111)
Total IR/CS pagos no período	-	(5.223)
Saldo final provisão IR/CS	-	-

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.063	1.197
Cofins	698	773
PIS	148	165
ISS na fonte	130	62
INSS fonte	162	108
PIS/Cofins/CSLL na fonte	535	215
Outros	271	267
	3.007	2.787

14. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Em moeda nacional - BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	210.566	214.647
Circulante			39.721	38.362
Não circulante			170.845	176.285

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	214.647	230.946
Encargos financeiros	6.469	5.929
Pagamento principal	(7.009)	(6.084)
Pagamento de juros	(3.541)	(3.760)
Saldo final	210.566	227.031

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

Notas Explicativas

Garantia A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2016, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,43%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,50
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,97

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	44.379	114 mensais
b	85.528	85.528	28.060	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	6.631	114 mensais
e	21.769	21.769	-	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	297	114 mensais
k	29.846	22.438	590	114 mensais
l	9.169	9.169	-	10 anuais
Total	355.396	277.384	79.957	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2016	31/12/2015
2017	25.134	31.836
2018	32.121	31.892
2019	32.292	32.064
2020	32.298	32.070
2021	21.567	21.377
Posteriores a 2021	27.433	27.046
	170.845	176.285

15. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Principal corrigido	475.453	462.677
Remuneração (juros)	13.292	18.184
Custos com emissão de debêntures (*)	(6.361)	(6.820)
	482.384	474.041
Circulante	49.303	47.500
Não circulante	433.081	426.541

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	474.041	447.274
Encargos financeiros	24.197	25.716
Pagamento do principal	(4.309)	(3.053)
Pagamento de juros	(11.545)	(10.110)
Saldo final	<u>482.384</u>	<u>459.827</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Data de emissão	15/01/2011
Valor de emissão	R\$370.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2016	1ª série - R\$1.282 2ª série - R\$1.360 3ª série - R\$1.334 4ª série - R\$1.307
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vincenda de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vincenda de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX

Notas Explicativas

Descrição	
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR) da Moody's
Manutenção de índices financeiros	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/16			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	31.140	(1.033)	30.107	37.140	(1.407)	35.733
2018	51.476	(1.334)	50.142	49.937	(1.334)	48.603
2019	67.668	(1.080)	66.588	65.645	(1.080)	64.565
2020	85.783	(885)	84.898	83.219	(885)	82.334
2021	111.411	(583)	110.828	108.081	(583)	107.498
2021 a 2023	90.671	(153)	90.518	87.961	(153)	87.808
	438.149	(5.068)	433.081	431.983	(5.442)	426.541

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,43%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,50
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,97

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		370.000	(12.668)	357.332		

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	circulante	circulante e não circulante
		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	44
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	500
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	88	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	Outras partes relacionadas	1	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controlada direta	25	-	7
Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	1
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	22.237
		114	-	22.789
Não circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	111.321
		-	-	111.321
Intangível				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)		-	130	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)		-	1.362	-
Consórcio Carvalho Pinto (e)		-	1.012	-
		-	2.504	-
Total em 31 de março de 2016		118		134.110
Total em 31 de dezembro de 2015		102	41.911	123.188
Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	3.830
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	3.373	4.311	-
Total em 31 de março de 2016		3.373	4.311	3.830
Total em 31 de março de 2015		6.324	3.282	2.982

Notas Explicativas

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$30.738, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano e o saldo em aberto de R\$22.237 em 31 de março de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedido garantia.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de março de 2016, há um saldo em aberto de R\$111.321 (R\$108.065 em 31 de dezembro de 2015), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2018.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$55.944. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2016, há um saldo de serviços a realizar de R\$40.714. Os saldos em aberto a pagar R\$544 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$48.264. O prazo para execução dos serviços foi até dezembro de 2016. Em 31 de março de 2016, já haviam sido incorridos R\$47.814, e não existem saldos a pagar.
- (f) Refere-se à troca de cédulas por moedas com a parte relacionada Ecopátio Cubatão.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de março de 2016 foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2016 em R\$1.059 (R\$978 em 31 de dezembro de 2015).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração (fixa/variável)	216	415
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 22.c)	23	39
Previdência privada	11	6
	250	460

Notas Explicativas

17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 15,97% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Efeito financeiro	Baixas	31/03/2015
Constituição da provisão para manutenção	20.813	3.144	-	-	23.957
Efeito de valor presente sobre a constituição	(6.578)	(594)	-	-	(7.172)
Realização da manutenção	-	-	-	(2.592)	(2.592)
Ajuste a valor presente - realizações	2.340	-	444	-	2.784
	16.575	2.550	444	(2.592)	16.977
Circulante	4.850				4.047
Não circulante	11.725				12.930

	31/12/2015	Adição	Efeito financeiro	Baixas	31/03/2016
Constituição da provisão para manutenção	31.906	2.095	-	-	34.001
Efeito de valor presente sobre a constituição	(9.517)	(681)	-	-	(10.198)
Realização da manutenção	(6.553)	-	-	(1.403)	(7.956)
Ajuste a valor presente - realizações	4.116	-	571	-	4.687
	19.952	1.414	571	(1.403)	20.534
Circulante	1.439				3.836
Não circulante	18.513				16.698

18. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 15,97% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Baixa	Efeito financeiro	31/03/2015
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(5.338)	(927)	-	(6.265)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	161	4.132
	7.832	(927)	161	7.066
Circulante	7.832			7.066
Não circulante	-			-

Notas Explicativas

	<u>31/12/2015</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/03/2016</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>6.681</u>			<u>6.681</u>
Circulante	6.681			6.681
Não circulante	-			-

19. Obrigações com o Poder Concedente

	<u>31/03/016</u>	<u>31/12/2015</u>
Parcelas variáveis	321	360

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	360	359
Custo (vide Nota Explicativa nº 25)	990	1.001
Pagamentos	(1.029)	(1.034)
Saldo final	<u>321</u>	<u>326</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31/03/2016</u> <u>Previsão de 2016-2039</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Previsão de 2016-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	101.385	104.208
Conservação especial (manutenção)	425.004	418.976
Equipamentos	212.411	207.565

20. Obrigações sociais

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e outras obrigações a pagar	415	1.373
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	273	267
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	66	104
IRRF a recolher	252	78
Provisão de férias e encargos sobre provisão de férias	1.290	888
Provisão de 13º Salário de encargos sobre provisão de 13º	248	334
Contribuição sindical	18	-
	<u>2.562</u>	<u>3.044</u>

Notas Explicativas

21. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	2.938	643	3.581
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	29.384	68	29.452
(-) Pagamentos	(71)	(52)	(123)
(+) Atualização monetária	174	33	207
Saldos em 31 de março de 2015	32.425	692	33.117

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	472	1.322	1.794
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(116)	(85)	(201)
(-) Pagamentos	(29)	-	(29)
(+) Atualização monetária	55	48	103
Saldos em 31 de março de 2016	382	1.285	1.667

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de março de 2016 no montante de R\$3.706 (R\$2.302 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de março de 2016 o montante de R\$3.695 (R\$4.949 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2016 o capital social subscrito e integralizado é de R\$384.000, representado por 384.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi integralizado o AFAC de R\$34.000 (R\$350.000 em 31 de dezembro de 2015 representado por 350.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) .

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

Notas Explicativas

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor da reserva legal é de R\$4.560.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 173.993 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>3ª outorga 25/04/2012</u>	<u>4ª outorga 28/04/2013</u>	<u>5ª outorga 21/04/2014</u>
Quantidade de opções de ações	20.667	47.541	105.785
Preço no período - R\$ por ação	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

Notas Explicativas

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de março de 2016, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$23 (R\$39 em 31 de março de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	20.667	-	-	20.667
Em 31 de dezembro de 2012	20.667	-	-	20.667
Outorgadas	-	47.541	-	47.541
Em 31 de dezembro de 2013	20.667	47.541	-	68.208
Outorgadas	-	-	105.785	105.785
Em 31 de dezembro de 2014	20.667	47.541	105.785	173.993
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	20.667	47.541	105.785	173.993
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de março de 2016	20.667	47.541	105.785	173.993

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	17,72	43.498	2,67	116	11 meses
2017	17,73	38.332	3,16	121	23 meses
2018	14,04	26.447	2,10	56	35 meses
		108.277	2,64	293	

Notas Explicativasd) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março de 2016 é de R\$61.673 (R\$61.673 em 31 de dezembro de 2015).

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período encerrado em 31 de março de 2016 não foram distribuídos valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

23. Receita líquida

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	25.689	23.872
Pedágio por equipamento eletrônico	35.562	37.517
Vale-pedágio	1.265	1.648
	<u>62.516</u>	63.037
Receita de construção (c)	13.847	56.972
Receitas acessórias (b)	3.512	3.712
Receita bruta	<u>79.875</u>	123.721
Deduções da receita bruta	<u>(5.694)</u>	(5.772)
Receita líquida	<u>74.181</u>	117.949
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	62.516	63.037
Receitas acessórias	3.512	3.712
	<u>66.028</u>	66.749
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(1.981)	(2.002)
PIS (0,65%)	(429)	(434)
ISS (de 2% a 5%)	(3.284)	(3.324)
Descontos e abatimentos	-	(12)
	<u>(5.694)</u>	(5.772)

Notas Explicativas

24. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pessoal	5.118	5.224
Conservação e manutenção	1.895	2.282
Serviços de terceiros (a)	10.479	12.373
Seguros (vide Nota Explicativa nº 30)	475	502
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	990	1.001
Provisão para manutenção	1.414	2.550
Custos com construção	13.847	56.972
Depreciações e amortizações	8.429	9.791
Locação de imóveis e máquinas	548	387
Outros custos e despesas operacionais	1.776	657
	<u>44.971</u>	<u>91.739</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	38.751	84.942
Despesas gerais e administrativas	6.220	6.797

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

25. Resultado financeiro

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.982	2.923
Variação monetária ativa	648	180
Outras	3	1
	<u>3.633</u>	<u>3.104</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(9.761)	(9.413)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.469)	(5.929)
Variação monetária sobre debêntures	(13.977)	(15.760)
Amortização de custos das debêntures	(459)	(543)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(571)	(605)
Juros sobre contrato de mútuo	(3.830)	(2.982)
Variação monetária ativa	(257)	(229)
	<u>(35.324)</u>	<u>(35.461)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(31.691)</u>	<u>(32.357)</u>

26. Lucro/(prejuízo) por ação

a) Prejuízo (Lucro) básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(1.680)	(2.998)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	362.467	310.193
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>(0,005)</u>	<u>(0,010)</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 22.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

27. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de março de 2016, a participação nos lucros e resultados foi de R\$248 (R\$509 em 31 de março de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

Notas Explicativas

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	693.271	689.048
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(107.457)</u>	<u>(102.327)</u>
Dívida líquida	<u>585.814</u>	<u>586.721</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>443.944</u>	<u>445.601</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,32</u>	<u>1,32</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2016 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.673	4.673
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	15.110	15.110
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	102.841	102.841
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	4.718	4.718
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	210.566	210.566
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	482.384	482.384

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iii) Os empréstimos e financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$13.389 (R\$14.586 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

Notas Explicativas

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	40.871	38.554	36.236	96.234
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	12.327	7.226	6.801	30.968
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	92.549	87.989	109.042	640.982

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	5.177	3.883	2.589
Debêntures	Alta do IPCA	(61.446)	(62.269)	(63.091)
Empréstimos e financiamentos	Alta da IPCA	(3.153)	(3.942)	(4.730)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(12.786)	(15.982)	(19.179)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(72.208)</u>	<u>(78.310)</u>	<u>(84.411)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Notas Explicativas

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	7,25%	9,06%	10,88%
TJLP (b)	7,50%	9,38%	11,25%
CDI (c)	13,25%	9,94%	6,63%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

29. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$50 (R\$29 em 31 de março de 2015), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

30. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2015 a junho de 2016	158.815
"All Risk" - responsabilidade civil	Junho de 2015 a junho de 2016	76.084
"All Risk" - operacionais	Junho de 2015 a junho de 2016	1.639.386

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3